

AUXÍLIO EMERGENCIAL: UM ESTUDO COM OS BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LÍMPIA – MT

EMERGENCY ASSISTANCE: A STUDY WITH BENEFICIARIES OF THE MUNICIPALITY OF NOVA OLÍMPIA – MT

José Wellington da Silvaⁱ
Josiane Silva Costa dos Santosⁱⁱ
Leandro José de Oliveiraⁱⁱⁱ
Grazielle Oliveira Aragão Servilha^{iv}
Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo^v

Resumo: A pesquisa tem como objetivo identificar a percepção dos beneficiários do município de Nova Olímpia - MT em relação ao recebimento do auxílio emergencial. Trata-se de um estudo descritivo, com a abordagem quantitativa e quanto a técnica levantamento. A área de estudo foi o município de Nova Olímpia-MT. A amostra foi não probabilística, utilizou-se da técnica *Snowball* e compreendeu 60 participantes. O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado via formulário do *google forms*. Quanto ao perfil dos beneficiários a maioria é do gênero masculino, com faixa etária entre 18 a 35 anos e com ensino médio completo. Quanto ao aspecto econômico, possuíam renda familiar líquida antes da pandemia entre um à dois salários mínimos, após o recebimento do benefício de menos de um (28,3%) e entre um (33,3%) salário mínimo. O valor recebido do auxílio emergencial foi insuficiente para atender às necessidades básicas das famílias por alimentação, habitação, vestuário e higiene, sendo menor em relação ao custo médio da cesta básica de Mato Grosso que gira em torno de R\$ 605,28. Essa realidade, reforçou a necessidade dos beneficiários em fazer escolhas, fato que já ocorria antes, mas que se intensificou em alguns casos, em virtude das consequências econômicas, como o desemprego, oriundas da pandemia.

Palavras-chave: Pandemia. Covid-19. Social.

Abstract: The research aims to identify the perception of beneficiaries in the municipality of Nova Olímpia - MT in relation to receiving emergency aid. This is a descriptive study, with a quantitative approach and a survey technique. The study area was the municipality of Nova Olímpia-MT. The sample was non-probabilistic, used the Snowball technique and comprised 60 participants. The data collection instrument was a questionnaire applied via a google forms form. As for the profile of the beneficiaries, most are male, aged between 18 and 35 years and with complete high school. Regarding the economic aspect, they had a net family income between one and two minimum wages before the pandemic, after receiving the benefit of less than one (28.3%) and between one (33.3%) minimum wage. The amount received from emergency aid was insufficient to meet the basic needs of families for food, housing, clothing and hygiene, being lower in relation to the average cost of the basic food basket in Mato Grosso, which is around R\$ 605.28. This reality reinforced the need for beneficiaries to make choices,

a fact that had already occurred before, but which intensified in some cases, due to the economic consequences, such as unemployment, arising from the pandemic.

Keywords: Pandemic. Covid-19. Social.

Recebido em: 16/02/2022 – Aprovação em: 03/10/2022

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o primeiro caso de Covid-19 foi notificado em 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo e em fevereiro de 2021 foram confirmados 10.517.232 casos e 254.221 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). No estado de Mato Grosso, a confirmação do primeiro caso ocorreu em 19 de março de 2020, na capital Cuiabá (MATO GROSSO, 2020), depois de um ano o número de óbitos no Estado chegou a 9.084. Assim, diversos municípios apresentaram situação de emergência em relação a crescente onda de contaminação no Estado (MATO GROSSO, 2021).

Diante dessa situação, o governo buscou adotar medidas de prevenção como diminuir a circulação de pessoas, uso de máscaras e de álcool em gel na higiene das mãos, distanciamento entre outras, implementadas de acordo com a necessidade e realidade dos estados e municípios, visando reduzir a transmissão do vírus (WERNECK; CARVALHO, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Tais medidas, embora necessárias, impactaram na atividade econômica de muitas cidades, pois várias empresas tiveram a redução ou suspensão de suas atividades devido a implementação do *lockdown* a partir de decretos municipais e estaduais sob autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), provocando a demissão da classe trabalhadora (TROVÃO, 2020). Assim, diversas famílias tiveram suas rendas comprometidas, passando a viver com dificuldades.

Dessa maneira, o governo federal criou o programa social auxílio emergencial (AGÊNCIA BRASIL, 2021) com a finalidade de minimizar os efeitos sociais causados pelas medidas restritivas implementadas no país para o enfrentamento da pandemia. O benefício é destinado a pessoas que possuem algum tipo de registro em programa previdenciário ou assistencial do governo nos quais se enquadram os seguintes grupos: microempreendedor individual (MEI), contribuinte individual da previdência e os trabalhadores informais inscritos no CadÚnico (CARDOSO, 2020). Essa política social tem como foco indivíduos que perderam sua fonte de renda em a meio pandemia, assim como a população que se encontra em situação

de vulnerabilidade, assegurando a proteção de renda para as pessoas até o momento em que as medidas de proteção contra a Covid-19 forem flexibilizadas (ESTRELA *et al.*, 2020)

Diante do exposto, surge a questão que norteia essa pesquisa: Qual a percepção dos beneficiários do Município de Nova Olímpia- MT em relação ao recebimento do auxílio emergencial? Sendo o objetivo geral: identificar a percepção dos beneficiários do município de Nova Olímpia - MT em relação ao recebimento do auxílio emergencial.

Este estudo é relevante devido a situação vivenciada pela perda do poder de compra das famílias em função do cenário de desemprego causada pela pandemia da Covid-19, pois apesar de existir algumas pesquisas relacionadas (NATHALINO; PINHEIRO, 2020; TROVÃO, 2020; ESTRELA *et al.*, 2020; SCHYMURA, 2020; RISSATO; GUIMARÃES, 2020; CARDOSO, 2020; VELOSO, 2020; BARBOSA; PRATES, 2020), no que se refere ao programa do auxílio emergencial como medida social, ainda são incipientes estudos que retratem a visão dos beneficiários em relação ao uso do benefício. Além dos resultados do estudo servirem como estratégia de planejamento para a gestão pública local, a fim de trabalhar possíveis fragilidades encontradas e fomentar novas políticas para esta população específica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem da Pandemia da Covid-19

Em dezembro de 2019, surgiu na China os primeiros casos da doença responsável por provocar sintomas relacionados à síndrome respiratória aguda grave, ocasionada pelo vírus SARS-COV-2. Inicialmente desconhecido, o vírus responsável por causar o surto da pandemia tem origem do vírus SARS, causador da síndrome respiratória aguda e do vírus Mers – CoV, responsável por desenvolver crises respiratórias no oriente médio nos anos de 2002 e 2003. A transmissão da doença ocorre pelo contato das gotículas produzidas por via oral e nasal de pessoas em superfícies contaminadas ocasionadas pela fala, respiração, tosse e espirros (ORTELAN *et al.*, 2021).

As primeiras manifestações do vírus foram notificadas em dezembro de 2019 na China. Contudo, a doença foi denominada Covid-19 em dezembro do mesmo ano. A sigla Covid em inglês significa Corona Virus Disease, já o número 19 representa o ano em que a doença foi identificada (OMS, 2020). A Organização das Nações Unidas (OMS) em 30 de janeiro de 2020, declarou como epidemia da Covid-19. Contudo, devido ao rápido crescimento do número de

casos e expansão da doença no mundo, a OMS denominou como sendo uma pandemia em 11 de março de 2020 (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Com o desdobramento de casos da pandemia, declarou-se emergência na saúde, pois a falta de informações sobre o vírus dificultou a busca por medicamentos para combater a doença, fazendo com que hospitais em geral ficassem lotados (FREITAS; PENA, 2020). No Brasil, o primeiro caso da Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo, após um cidadão ter retornado de viagem da Itália (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020).

Após a confirmação do primeiro caso da Covid-19 no Brasil, elaborou-se um plano de contingência no qual foram disponibilizadas informações por meio do Ministério da Saúde sobre a doença, e possíveis formas de prevenções através de meios de comunicação, como aplicativos para celulares e jornais (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Ainda sem conhecimento quanto ao comportamento do vírus e sem medicamentos capazes de imunizar a população, foi necessário que o governo adotasse medidas de prevenções para diminuir o contágio e evitar maiores consequências para o país (GARCIA; DUARTE, 2020).

Inicialmente o Ministério da Saúde orientou a população com medidas básicas para conter o avanço do contágio do vírus, através do distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, fazer a higienização das mãos ao expirar ou ter contato com objetos, fazer a higienização com álcool em gel, não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres e manter o local ventilado (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Com o aumento nos números de casos da doença, foi necessário que Estados e Municípios implementassem medidas restritivas de proteção para a sociedade, tendo como objetivo a diminuição do contato social (NATALINO; PINHEIRO, 2020).

O estado de Mato Grosso, a partir do decreto nº 7.849 de 20 de março de 2020, adotou medidas de prevenção para conter o avanço do novo coronavírus. Dessa forma, a partir do dia 23 de março de 2020 a 05 de abril de 2020 algumas medidas foram adotadas: os servidores públicos passaram a exercer trabalho *home office*; suspensão do transporte coletivo; fechamento de estabelecimentos comerciais, como restaurantes, bares, shopping center, igrejas, templos, academias, feiras livres, exposição em geral, clubes e similares, lanchonetes, congêneres e fechamento das escolas (CUIABÁ-MT, 2020).

E ainda a partir da lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, o estado de Mato Grosso passou a exigir o uso de máscara facial nos estabelecimentos públicos e privados em seus municípios o não cumprimento da medida caberia multa no valor de R\$ 80,00 por pessoa que não estivessem fazendo o uso da máscara (MATO GROSSO, 2020) entre outras ações como

campanha de vacinação contra a Covid-19, que no país ocorreu de maneira lenta, pois existiam dificuldades políticas na compra das vacinas para os estados (CNN BRASIL, 2021).

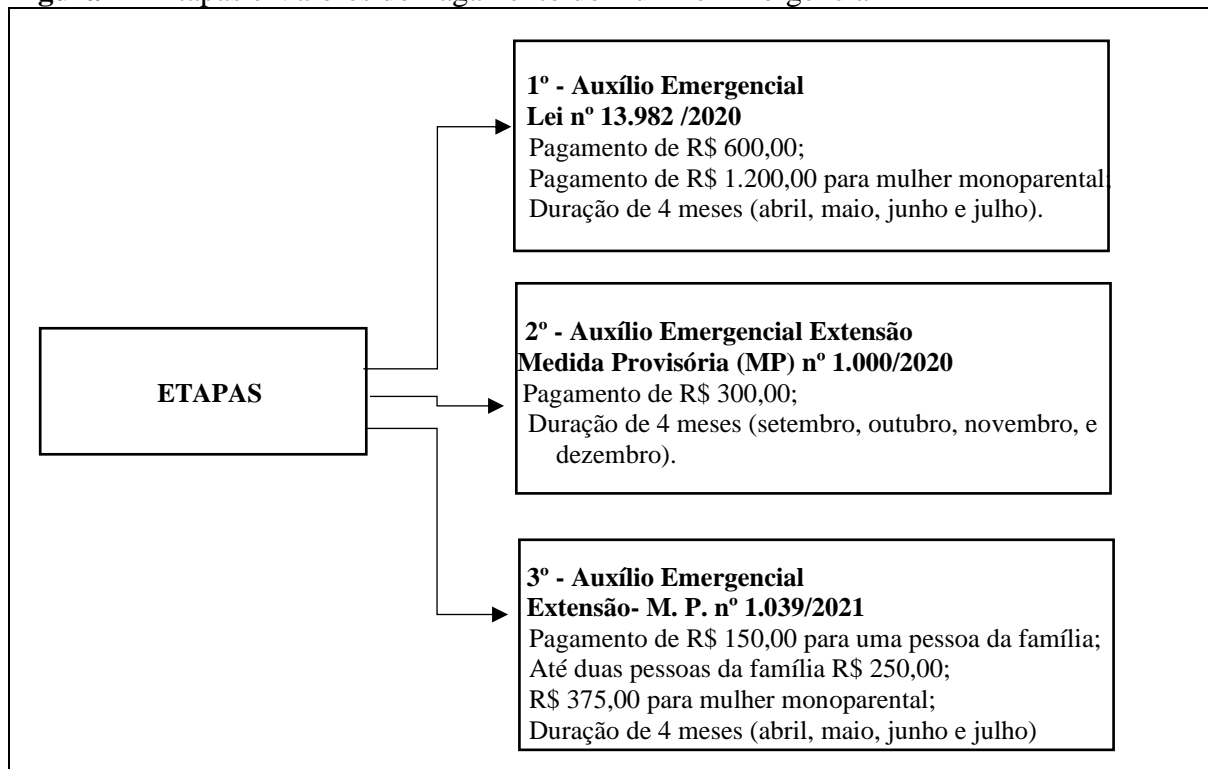
Diante das medidas impostas para conter o avanço da pandemia, a desigualdade social se tornou um fator preocupante, uma vez que, muitas famílias vivem em situações precárias de habitação, falta de saneamento básico, sem acesso aos serviços de saúde, e com as medidas de prevenção impostas, uma parte da população passou a enfrentar problemas com a falta de renda (ALMEIDA; LÜCHMANN; MARTELLI, 2020). Tal situação foi se agravando ao longo da pandemia, e com isso, foi necessário a criação de medidas de proteção social que possam garantir benefícios para a população durante o processo de enfrentamento da pandemia no País (NATIVIDADE *et al.*, 2020).

2.2 Auxílio Emergencial como Medida de Enfrentamento da Pandemia de Covid-19

O Auxílio Emergencial, surgiu em virtude da calamidade social ocorrida devido à pandemia da Covid-19, trata-se da destinação de um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados (CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL, 2021). O Auxílio emergencial entrou em vigor a partir da lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e posteriores extensões, como a Medida Provisória (MP) nº 1.000, de 2 de setembro de 2020 (BRASIL, 2020) e MP nº 1.039 de 18 de março de 2021 (BRASIL, 2021), com regras e características diferentes em cada etapa (FIGURA 1).

Para recebimento do benefício os usuários deverão acessar o aplicativo ou site do auxílio emergencial e realizar o cadastro. Após aprovação do benefício, o usuário deve baixar o aplicativo ‘CAIXA TEM’ e acessar a sua conta poupança social e ter acesso ao benefício. Todavia, os usuários que não possuem nenhum tipo de conta bancária o sistema disponibiliza uma conta poupança social no aplicativo para o recebimento (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2021).

Figura 1 – Etapas e Valores do Pagamento do Auxílio Emergencial



Fonte: Adaptado com base na Lei nº 13.982/2020, MP nº 1.000/2020 e MP nº 1.039/ 2021 (BRASIL 2020; BRASIL 2021).

Os critérios estabelecidos para o recebimento são: ter 18 anos completos ou ser mãe menor de 18 anos; não possuir emprego formal; exercer atividade na condição de microempreendedor individual (MEI) ou autônomo; não possuir renda familiar acima de três salários mínimos; não ser beneficiário de benefícios previdenciários, assistencial, trabalhista do governo, bolsas de estudos, exceto bolsa família; não tenha recebido rendimento tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2019 e 2020. O auxílio emergencial é destinado à apenas dois membros da família e os valores do recebimento pode variar se a mulher for considerada monoparental (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021).

Assim, o auxílio emergencial contribuiu para amenizar a crise sanitária, econômica e social ocorrida em consequência da pandemia da Covid-19, que escancarou algumas desigualdades sociais, como a falta de saneamento básico como água limpa e renda corrente que permitem o consumo de bens básicos como alimentos, indispensáveis para sobrevivência (TROVÃO, 2020).

2.2.1 Entraves para implantação e Recebimento do Auxílio Emergencial

Com a pandemia do novo coronavírus, os problemas sanitários, econômicos e sociais que já existiam se tornaram ainda maiores (AQUINO *et al.*, 2020). No Brasil, o desemprego que já era considerado um dos problemas enfrentados antes da pandemia, conseqüentemente aumentou, devido as medidas restritivas impostas para conter o avanço da pandemia, através do distanciamento social e da quarentena (ESTRELA *et al.*, 2020).

A maioria das pessoas que não tinham trabalho formal, sobreviviam da renda relacionada ao trabalho informal. Com a crise da pandemia, houve um impacto na atividade econômica e com isso, notou-se a precariedade desses grupos com relação a proteção social, pois muitos não obtinham cadastro em algum tipo de programa social do governo (RISSATO; GUIMARÃES, 2020). Atingir e identificar esse público alvo foi uma das dificuldades iniciais encontradas para a implementação do programa do auxílio emergencial (CARDOSO, 2020).

A criação de uma plataforma segura para que os cidadãos pudessem realizar o cadastramento de seus dados de forma *online*, também foi outro problema enfrentado pelo governo federal (SCHYMURA, 2020). Devido à falta de acesso à educação formal e conhecimento relacionado a tecnologia, muitas pessoas não conseguiram compreender os requisitos que o aplicativo exigiu para o cadastramento do benefício, tendo assim, muitas vezes, preenchido os dados de maneira incorreta e com isso automaticamente tendo o pedido do auxílio negado (VELOSO, 2020).

Algumas medidas sociais foram adotadas para auxiliar pessoas sem acesso à tecnologia e dificuldades no cadastramento, um exemplo foi a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que criou o projeto de extensão na qual professores e alunos do curso de ciências contábeis ofereceram assessoria para a população que possuíssem dúvidas em relação ao cadastro para acessar o benefício do auxílio emergencial (UNEMAT, 2020).

Outro entrave nesse processo é a falta de honestidade da própria sociedade tendo em vista a adesão de alguns que não se adequam as regras estabelecidas e ainda assim se cadastraram para obter o benefício, dificultando o acesso dos que realmente precisam (CARDOSO, 2020). Assim, vale ressaltar a importância da ética e moral do indivíduo ao realizar o cadastramento para o recebimento do auxílio, visto que, existem casos em que pessoas que não se enquadravam nos requisitos tiveram acesso ao benefício por colocar informações falsas (SANTOS, 2020).

Desta forma, um dos principais problemas enfrentados com a implementação do programa auxílio emergencial está em o benefício chegar à população que realmente precisa, ocasionando problemas sociais ainda maiores durante o período de enfrentamento da Covid-19 no país (SCHYMURA, 2020).

2.3 Estudos Correlatos

Apesar de ser um tema recente ainda em fase de pesquisa alguns estudos relacionados a Covid-19 e ao recebimento do auxílio emergencial podem ser identificados na literatura. Abaixo foram destacados alguns que serviram de base para discussão dos resultados dessa pesquisa.

Quadro 1 – Estudos Anteriores Publicados sobre o Tema

Autor/Ano	Objetivos	Resultados
Trovão (2020)	Examinar os possíveis desdobramentos da pandemia e dos auxílios monetários emergenciais propostos pelo governo para a desigualdade de renda corrente no Brasil.	Os recursos destinados à proteção social, que privilegiam a família, como é o caso do Bolsa Família, fazem chegar à mão da mulher responsável um benefício com a potencialidade de sustentar, como o consumo agregado de bens essenciais, de primeira necessidade nos momentos de crise para todos os membros da família.
Estrela <i>et al.</i> (2020)	Refletir os impactos da Covid 19, considerando marcadores de gênero, raça e classe.	Reflexão realizada com base na literatura analisada revelou que os marcadores de gênero, classe e raça se apresentam enquanto condição vulnerabilizadora à exposição da Covid-19 nos mais diversos cenários mundiais. Esse contexto, descortina a necessidade histórica da implantação de estratégias de melhoria de vida dessa população não só durante a pandemia, como também após sua passagem. Para tanto, necessário se faz a adoção de políticas socioeconômicas de maior impacto na vida dessas pessoas e com maior abrangência, ampliando o acesso a melhores condições de saúde, educação, moradia e renda.
Correia <i>et al.</i> (2020)	Abordar a discussão sobre o benefício financeiro de auxílio emergencial destinado para a classe trabalhadora no presente período de crise sanitária mundial e brasileira, atrelada à crise do capital que se intensificou pela pandemia de Covid-19.	Diante desse cenário, pensar numa política de redistribuição de renda efetiva, que ultrapasse o caráter emergencial e garanta a manutenção da vida, como uma estratégia de acúmulo de forças para a superação do modo de produção capitalista. Para isso, é necessário a luta contra os retrocessos das reformas e retirada de direitos, que vem sendo sistematicamente realizados.
Barbosa e Prates (2020)	Avaliar os efeitos da incidência conjunta das quedas do nível de ocupação do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Medida Provisória – MP no 936/2020) e da Renda Básica Emergencial – RBE (Lei no 13.982/2020) sobre a distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i> e a pobreza.	A pandemia afetou a atividade econômica de modo inédito, causou uma queda drástica do nível de ocupação ao forçar as pessoas a se retirarem do mercado de trabalho e forçou o governo a implementar políticas emergenciais. Tal conjunto de excepcionalidades exige inovação analítica, mas, também, cautela na análise dos resultados.
Natalino e Pinheiro (2020)	Contribuir com os esforços de proteção social neste contexto de pandemia, apresentando uma análise de vulnerabilidades descobertas e propondo soluções.	Tendo em vista o diagnóstico apresentado, os desafios impostos pela crise econômica, social e sanitária que se instalou no país em 2020, e as diversas propostas de aprimoramento da política de assistência social por instituições do Estado e da sociedade civil organizada, deve haver atuação por meio da conjugação de três iniciativas: articulação municipal, gestão de habitação coletivas e individuais e concessão de BEs com maior intensidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

De modo geral, os estudos anteriores ressaltam que a pandemia da Covid-19 apresentou desafios econômicos e sociais no país, bem como que é necessário a adoção de medidas socioeconômicas pelo o governo, aumentando o acesso a melhores condições de saúde, educação, moradia e renda para a população durante o período em que durar a pandemia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se quanto aos objetivos, como descritiva, com abordagem quantitativa, e quanto a técnica de pesquisa faz-se o uso da pesquisa de levantamento. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, por descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, estabelecendo relação entre as variáveis do objeto estudado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quantitativa por obter dados mensuráveis a partir da coleta de informações, aplicação de questionários e técnicas estatísticas para a análise dos dados como porcentagem, média, mediana, moda, desvio padrão, coeficiente de relação ou análise de regressão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Já o levantamento consiste em levantar informações sobre o objeto de estudo, apresentando suas características e opiniões (MARCONI; LAKATOS, 2021).

A área de estudo foi o município de Nova Olímpia – MT, que possui população estimada em 20.563 pessoas (IBGE, 2020). A economia do Município se desenvolve através das culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, extrativismo vegetal, pecuária de corte, cria, recria e comércios (PREFEITURA DE NOVA OLÍMPIA, 2021). De acordo com os dados da secretaria de assistência municipal de Nova Olímpia – MT, o número de famílias cadastradas em programas do Governo Federal são 812 beneficiários do bolsa família, já os que se encontram cadastrados no cadastro único são 4.000 usuários, desses, 532 famílias estão recebendo o benefício do auxílio emergencial.

Desta forma, o universo da pesquisa consistiu na população do município que receberam o auxílio emergencial, utilizado como medida ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 no país. Assim, na realização da pesquisa foi utilizado a técnica de amostragem *Snowball* não probabilística, o que resultou em uma amostra de 60 participantes. A técnica de amostragem *Snowball*, é uma forma de amostra não probabilística que utiliza indivíduos denominados cadeias de referências com objetivo de localizar pessoas com o mesmo perfil para a pesquisa dentro da população geral. A partir das cadeias de referências é feita a indicação de novas pessoas com o perfil semelhante através da rede pessoal de cada indivíduo (VINUTO, 2014).

A amostra não probabilística por acessibilidade ou conveniência é utilizada quando não se conhece o tamanho do espaço amostral, tendo como característica o critério de seleção do pesquisador de acordo com o perfil dos indivíduos (MAROTTI *et al.*, 2008).

O instrumento de coleta de dados foi questionário fechado, segregado em blocos, aplicado em virtude da situação pandêmica via formulário do *google forms*, sendo que em alguns casos (9 participantes) fez-se necessário a aplicação de forma pessoal com todas as medidas de segurança e uso da máscara em virtude da dificuldade/falta de acesso à tecnologia ou internet de alguns beneficiários. Os dados foram tabulados com o uso do *software Microsoft Office Excel*, e apresentados por meio de tabelas e figuras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil Socioeconômico

Com o objetivo de identificar a percepção dos beneficiários do município de Nova Olímpia- MT em relação ao auxílio emergencial, nesta sessão são apresentados os resultados obtidos quanto as características socioeconômicas. A Tabela 1 apresenta informações do perfil dos beneficiários como: Gênero, faixa-etária, estado civil e escolaridade.

Tabela 1 - Perfil Socioeconômico dos Beneficiários

Características	Descrição	Frequência	Percentual %	Total acumulado %
Gênero	Masculino	48	80	80
	Feminino	12	20	100
Faixa-etária	18- 25 anos	36	60	60
	26-35 anos	15	25	85
	36- 45 anos	4	6,7	91,7
	46- 50 anos	3	5	96,7
	Acima de 50 anos	2	3,3	100
Estado civil	Solteiro (a)	34	56,7	56,7
	Casado (a)	23	38,3	95
	Separado /Divorciado (a)	2	3,3	98,3
	Viúvo (a)	1	1,7	100
Escolaridade	Não alfabetizado	5	8,3	8,3
	Ensino fundamental	6	10,0	18,3
	Ensino médio incompleto	11	18,3	36,6
	Ensino médio completo	23	38,3	74,9
	Ensino superior incompleto	10	16,7	91,6
	Ensino superior completo	3	5,0	96,6
	Outro	2	3,3	100

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação ao gênero percebe-se predominância do sexo masculino com (80%), sendo que a maioria possui idade entre 18 a 35 anos (85%), estado civil solteiros (a) (56,7%), em relação a escolaridade, ensino médio completo (38,3%) (Tabela 1).

Na pesquisa de Silva *et al.* (2021) sobre educação remota na continuidade da formação médica em tempos de pandemia, semelhante a esse estudo, predominou o sexo masculino com 61,27%. Em relação a faixa etária a pesquisa de Lima e Abreu (2020), realizada com trabalhadores informais apresentou um público entre 25 a 29 anos fora do mercado de trabalho, pois, ainda estavam concluindo o ensino médio.

Na Tabela 2, observa-se que a maioria dos participantes possuíam renda mensal líquida familiar antes da pandemia de um até dois salários mínimos (63,4%), têm de três a quatro dependentes na residência (55%), residem em casa própria (51,7%) e 46,7 % residem em imóvel alugado.

Tabela 2 – Renda Mensal Líquida Familiar/Relação de Trabalho/Dependentes Familiar e Situação de Moradia

Características	Descrição	Frequência	Percentual %	Total acumulado %
Renda mensal Líquida familiar antes da pandemia	Menos de 1 salário mínimo	15	25	25
	Até 1 salário mínimo	22	36,7	61,7
	Até 2 salário mínimos	16	26,7	88,4
	Entre 3 a 5 salários mínimos	7	11,6	
	Acima de 5 salários mínimos	0	0	100
Relação de trabalho	Trabalho Informal	9	15	15
	Trabalho com carteira assinada	13	21,7	36,7
	Micro empreendedor	2	3,3	40
	Não possui algum tipo de trabalho	36	60	100
Dependentes Familiar	1	2	3,3	3,3
	2	12	20	23,3
	até 3	16	26,7	50
	até 4	17	28,3	78,3
	acima de 5	13	21,7	100
Situação de moradia	Própria	31	51,7	51,7
	Alugada	28	46,7	98,4
	Financiada	1	1,7	100

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

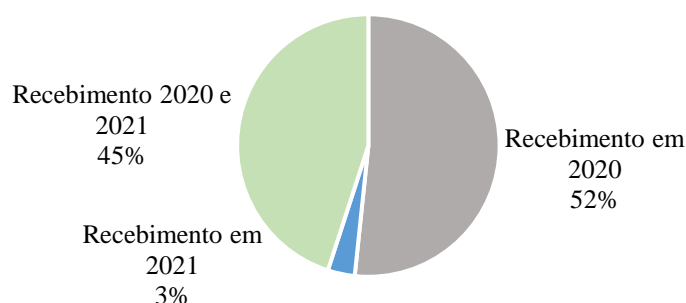
Inferese que a renda mensal líquida familiar identificada pela maioria dos pesquisados neste estudo no município de Nova Olímpia-MT, encontra-se dentro da média das famílias mato-grossenses que é estimada em R\$ 1. 401,00 (IBGE, 2020). A pesquisa de Bezerra *et al* (2020) sobre “Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de Covid-19”, se assemelha a esta pesquisa, com relação a renda dos participantes sendo de um até dois salários mínimos (34,8 %).

Neste estudo, a maioria dos beneficiários que receberam o auxílio emergencial no município de Nova Olímpia (60%) não possui algum tipo de trabalho e 15% vivem do trabalho informal. Barros (2021) ressalta que o número de desemprego no Brasil no primeiro trimestre de 2021 ocupava cerca de 14,7%. Segundo Narder (2021), o trabalho informal no Brasil corresponde a 39,7% com a crise da pandemia, em Mato Grosso a faixa de desemprego foi de 9,9% (MATO GROSSO, 2021).

4.2 Recebimento e Formas de Uso do Auxílio Emergencial

A Figura 2 aponta a quantidade de participantes que tiveram acesso ao benefício do auxílio emergencial durante os anos de 2020 à 2021. Apesar dos desafios da pandemia avançar com força na região no ano de 2021, percebe-se que apenas 27 pessoas (45%) receberam o benefício em ambos os anos 2020 e 2021, os demais tiveram os benefícios cortados por motivos diversos.

Figura 2 – Recebimento do Auxílio Emergencial



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A redução no número de pessoas que receberam o benefício em 2021, ocorreu devido ao governo ter como prioridade de recebimento as pessoas que já estavam cadastradas no programa do auxílio emergencial em 2020. Com isso, muitas famílias mesmo que atendendo os requisitos para recebimento do benefício não puderam se cadastrar de imediato (CAIXA ECONÔMICA, 2021). O que justifica a adesão de apenas 3% em 2021 (FIGURA 2).

Contudo, ainda conforme os dados da Caixa Econômica Federal (2021), houve cortes nas regras de recebimento do benefício em 2021. O benefício passou a ser pago a apenas uma pessoa por família, houve redução do valor disponibilizado passando a ser R\$ 150,00, R\$ 250,00 e R\$ 375,00 conforme os critérios estabelecidos. A Tabela 3 apresenta o valor recebido por ano entre os participantes.

Tabela 3 – Valores Recebidos do Auxílio Emergencial

Características	Descrição	Frequência	Percentual %	Total acumulado %
Auxílio emergencial 2020	R\$ 600,00	30	50	50
	R\$ 300,00 e R\$ 600,00	13	21,7	71,7
	R\$ 1.200,00	17	28,3	100
Auxílio emergencial 2021	R\$ 150,00	7	23,3	23,3
	R\$ 250,00	7	23,3	46,6
	R\$ 375,00	16	53,3	100

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao valor recebido do auxílio emergencial no ano de 2020, 30 pessoas receberam o valor de R\$ 600,00 e 13 pessoas receberam o auxílio extensão no valor de R\$ 300,00, além de 17 terem recebido o valor de R\$ 1.200,00. Já em 2021, 16 pessoas tiveram acesso ao maior valor pago de R\$ 375,00 (Tabela 3). Conforme a Tabela 3, a quantidade de pessoas que tiveram o benefício cortado no ano de 2021 corresponde a 30 pessoas. Considerando o valor recebido no ano de 2020 no valor de R\$ 600,00 e R\$300,00 com auxílio extensão, o valor do benefício passou a corresponder em média R\$ 258,33 durante o ano de 2021.

A Tabela 4, demonstra a renda familiar líquida dos beneficiários após o recebimento do auxílio emergencial, além disso, demonstra os gastos mensais das famílias e principais formas de uso do benefício.

Tabela 4 – Renda Familiar Líquida mensal/Gastos Mensais /Utilização do Auxílio Emergencial

Características	Descrição	Frequência	Percentual %	Total acumulado %
Renda mensal familiar após recebimento do auxílio	Menos de 1 salário mínimo	17	28,3	28,3
	Até 1 salário mínimo	20	33,3	61,6
	Até 2 salário mínimo	17	28,3	89,9
	Entre 3 à 5 salários mínimos	5	8,3	98,2
	Acima de R\$ 5 salários mínimos	1	1,8	100
Gastos mensais	De R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00	32	53,4	53,4
	De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.600,00	20	33,3	86,7
	De R\$ 1.601,00 a R\$ 1.800,00	7	11,7	98,4
	Acima de R\$ 2.000,00	1	1,6	100
Utilização do auxílio Emergencial	Aluguel, água, energia e telefone	19	31,7	31,7
	Investimento	1	1,7	33,4
	Lazer	8	13,3	46,7
	Compras (supermercado/ Gás de cozinha	31	51,7	98,4
	Gastos com farmácia	1	1,7	100
	Outros	0	0	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

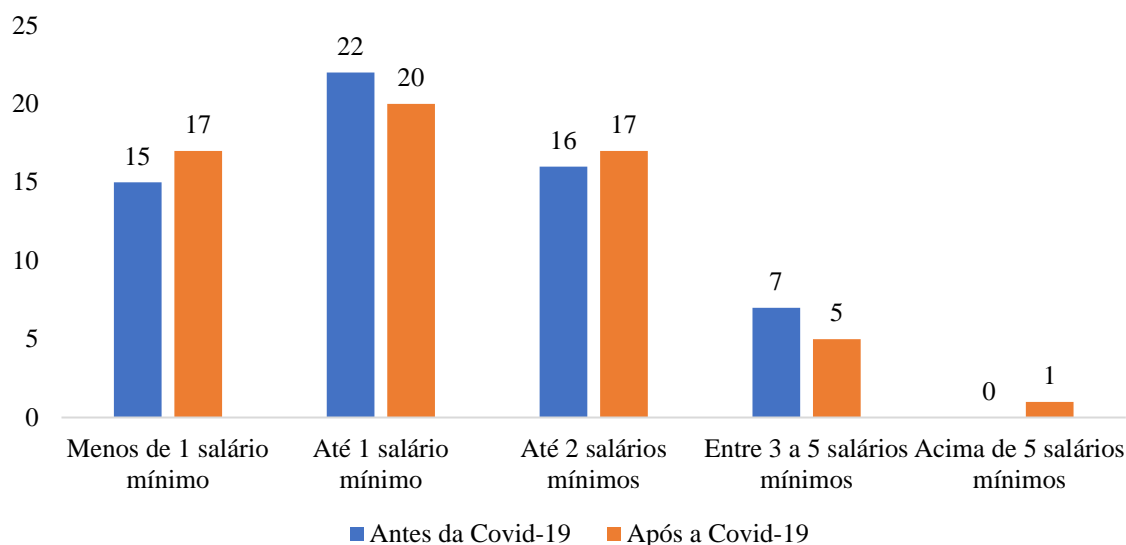
Com relação a renda líquida familiar, percebe-se que 37 pessoas passaram a ter renda entre menos de um salário mínimo e um salário mínimo após o recebimento do benefício. Esse fato, é consequência do desemprego causado pela crise da pandemia (Tabela 4). Tal realidade fez com que muitas famílias tivessem redução na renda, passando apenas a depender do benefício do auxílio até o aumento da vacinação e diminuição das mediadas de prevenção (CARDOSO, 2020).

Comparando a renda antes e após o recebimento do auxílio (Figura 3), nota-se que houve redução do número de famílias que ganhavam entre três a cinco salários mínimos. E percebe-se a desonestidade de alguns beneficiários que passaram a ter renda familiar acima de 5 salários mínimos após o recebimento do benefício. Fato este, que fere a regra de um dos critérios estabelecidos na legislação que é o de não possuir renda familiar acima de três salários mínimos (BRASIL 2020). Segundo Cardoso (2020), tal realidade, pode ter ocorrido durante o processo de cadastramento do auxílio emergencial, no qual o indivíduo relatava que ganhava um tipo de renda, sendo que recebia outro, pois até então, não existia uma plataforma segura na implementação do benefício na realização do cadastro.

Com relação aos gastos mensais das famílias, 53,4% possuem gasto de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00, sendo que, 51,7% utilizam o benefício com compras no supermercado/ gás de cozinha e 31,7% com gastos com aluguel, água, energia e telefone (Tabela 4). De acordo com instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) (2021), o valor da cesta básica médio na capital Cuiabá no estado de Mato Grosso corresponde a R\$ 605,28 até a data de 07/05/2021. A cesta básica é composta por 13 alimentos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Considerando o salário mínimo no valor de R\$ 1.100,00, o cidadão gasta 55,04%, do seu salário na compra da cesta básica.

Desta forma, pode-se considerar que o benefício ajuda, porém, além do gasto com a cesta básica, deve-se levar em consideração que uma família possui outros gastos com moradia, saúde, educação, vestuário e transporte. Sendo assim, é preciso que o cidadão tenha que fazer escolhas, ou seja, um “trade-off” econômico (SHIKIDA, 2007) entre qual despesa dar prioridade quando for utilizar o benefício, ou que o governo possa criar medidas aumentando o valor do benefício ou novos programas sociais durante o período em que for necessário (TROVÃO, 2020). Cabe enfatizar nesta pesquisa, que os gastos levantados já eram indispensáveis antes da pandemia, logo a condição de escolhas diante da limitação de recursos já era algo que ocorria e se fortaleceu durante a pandemia.

Figura 3 – Comparação da Renda Familiar Mensal Antes e Após Covid-19



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na Figura 3, é possível comparar a renda familiar mensal dos participantes antes e após o recebimento do auxílio emergencial. Percebe-se que após o recebimento do benefício em vez de melhorar a situação, algumas famílias tiveram redução na renda devido ao desemprego e a crise vivenciada. Observa-se que mais pessoas passam a ter que sobreviver com menos de um salário mínimo no município.

Se enquadram em situação de pobreza as famílias que possuem renda mensal de R\$ 406,00 por pessoa e de extrema pobreza se enquadram a pessoa que recebe renda inferior à R\$ 151,00 mensal (PORTAL G1, 2021). Logo é possível classificar que 28,3% das famílias deste estudo, encontram-se em situação de extrema pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou identificar a percepção dos beneficiários do município de Nova Olímpia- MT em relação ao recebimento do auxílio emergencial. Tal objetivo foi alcançado, visto que foi possível identificar a relação do auxílio emergencial na renda da população para enfrentamento à crise da pandemia. Quanto ao perfil socioeconômico dos beneficiários, a maioria é do gênero masculino, com faixa-etária entre 18 a 35 anos, concluíram o ensino médio, 46,7 % possuem despesa com aluguel, e 60% estão sem nenhum tipo de trabalho. Em relação a renda, antes da pandemia 63,4% recebiam entre um até dois salário mínimo e 25% menos de um salário mínimo.

Após o recebimento do benefício notou-se que a renda familiar mensal passou a ser de menos de um salário mínimo para muitos, em consequência do desemprego e crise imposta pela pandemia. Em relação ao recebimento do benefício em 2021, houve cortes no recebimento de algumas pessoas fazendo com que estas ficassem sem nenhuma fonte de renda.

Em relação aos gastos mensais nota-se que o valor gasto mensal da maioria dos participantes é de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00, sendo o benefício utilizado em supermercados, compra de gás de cozinha e pagamento de despesas como aluguel, água, energia e telefone, todavia, insuficiente para os que vivem apenas com esse auxílio, tendo em vista que 46,7% moram de aluguel. Do ponto de vista da ótica econômica a renda é um fator que limita o consumo das famílias, levando os indivíduos a fazer escolhas de sobrevivência diante da perda do poder de compra, em consequência da renda comprometida correspondente ao elevado número de desemprego agravado pela pandemia.

Inferi que o benefício auxílio emergencial ajudou as famílias em relação a renda familiar, pois muitos perderam o seu trabalho com a pandemia e passaram a trabalhar informalmente para manter o sustento familiar. No entanto, o valor ainda é baixo em relação as despesas da população. Dessa maneira, é necessário que outras medidas sociais sejam adotadas para que possam ajudar a população durante esse período enfrentado de pandemia, sendo a melhor delas a criação de oportunidades de emprego e capacitação destas famílias.

Os resultados desta pesquisa servem de subsídios para os gestores públicos locais, na construção de políticas públicas e busca de alternativas para amenizar esse momento de escassez de muitas famílias, porém não podem ser generalizados, pois a pesquisa se delimitou a alguns beneficiários do município de Nova Olímpia-MT. Assim, recomenda-se que estudos sejam realizados a fim de levantar quais as ações municipais, ou verificar a realidade de municípios locais e comparar com dados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Primeiro caso de Covid-19 no Brasil completa um ano.** 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 20-25, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carla-Almeida-17/publication/342653340_A_pandemia_e_seus_impactos_no_Brasil/links/5f443492299bf13404eef669/A-pandemia-e-seus-impacto. Acesso em: 01 abr. 2021.

AQUINO, Estela; SILVEIRA, Ismael Henrique; PESCARINI, Julia Moreira; AQUINO, Rosana; FILHO, Jaime Almeida de Souza; ROCHA, Aline dos Santos; FERREIRA, Andrea; VICTOR, Audêncio; TEIXEIRA, Camila; MACHADO, Daiana Borges; PAIXÃO, Enny; PILECCO, Flávia; MENEZES, Greice; GRABRIELLI, Ligia; LEITE, Luciana; ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de; ORTELAN, Naiá; FERNANDES, Qeren Hapuk R; ORTIZ, Renzo Joel Flores; PALMEIRA, Raquel Nunes; JUNIOR, Elzo Pereira Pinto; ARAGÃO, Erika; SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de; NETTO, Manoel Barral; TEIXEIRA, Maria Glória; BARRETO, Mauricio Lima; ICHIHARA, Maria Yury; LIMA, Raíza Tourino dos Reis Silva. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt>. Acesso em: 23 mar.2021.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. **Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10187/1/bmt_69_EfeitoDesemprego.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

BARROS, Alerrandre. **Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012. 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 15 jun.2021.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2411-2421/>. Acesso em 12 mar. 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção: extra 1, Brasília, DF, n.64-A, p.1, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL, **Medida provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020. Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção: 1, Brasília, DF, p. 3, 03 setembros de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL, **Medida provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Institui o Código Civil**. Planalto, Secretaria Geral- Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2021/Mpv/mpv1039.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20Fica%20institui%C3%ADdo%20o,abril%20de%202020%20e%20do. Acesso em: 11 mar. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perguntas Frequentes – Auxílio Emergencial. 2021**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-1052.pdf>. Acesso em: 22 fev.2021.

CNNBRASIL. **Covid -19: OMS inclui vacina da AstraZeneca/ Oxford em lista de uso emergencial.2021**. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/02/15/covid-19-oms-inclui-vacina-da-astrazeneca-oxford-em-lista-de-uso-emergencial>. Acesso em: 18 mar. 2021 (corrigir ref no texto)
SAÚDE, Ministério da. Boletim epidemiológico especial doença pelo o coronavírus. Secretaria de vigilância e saúde. Brasília, DF, 04 de março de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/media/pdf/2021/marco/05/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf. Acesso em: 30 mar.2021.

CORREIA, Daniele; SANTOS, Aila Fernanda dos; BRITO, Kelly Paula do Amaral; GUERRA, Lúcia Dias da Silva; VIEIRA, Kleber José; REZENDE, Cynthia Lecci de Souza. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social? **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 12, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://jmphc.com.br/jmphc/article/view/1023/918>. Acesso: 24 fev.2021.

CUIABÁ, Prefeitura. **Decreto 7.868, 3 de abril de 2020**. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência e estabelece medidas temporárias, emergenciais e adicionais ao decreto nº 7.839 de 16 de março de 2020, nº 7.846 de 18 de março de 2020 e nº 7.847 de 18 de março de 2020, de prevenção de contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), no âmbito municipal de Cuiabá, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/download.php?id=109798>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ESTRELA, Fernanda Matheus; SOARES, Caroline Fernanda; CRUZ, Moniky Araújo da; SILVA, Andrey Ferreira da; SANTOS, Jemima Raquel Lopes; MOREIRA, Tânia Maria de Oliveira; LIMA, Adriana Brait Lima; SILVA, Márcia Gomes. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3431-3436, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3431-3436/pt/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENNA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. Tessituras: **Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. **Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n2/e2020222/pt/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=livros+m%C3%A9todos+de+pesquisas&ots=93Pd02mwIB&sig=FYsGEnarXPmTSQIXdcDuB_1_nXo#v=onepage&q=livros%20m%C3%A9todos%20de%20pesquisas&f=false Acesso em: 08 abr. 2021

IBGE, **Brasil, Mato Grosso, Nova Olímpia.2020.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-olimpia/panorama>. Acesso em: 07 abr. 2021

IMEA- Instituto Mato-Grossense de economia agropecuária. **Indicadores/Conjuntura econômica. 2021.** Disponível em: <https://www.imea.com.br/imea-site/indicadores>. Acesso em: 20 mai. 2021.

LIMA, Evelyn de Souza; ABREU, Kamila Eulalio. Dificuldades de jovens sem vínculo formal de emprego durante a pandemia da COVID-19: Limites do empreendedorismo em tempos de crise. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 9, p. 56-73, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/boca/article/view/LimaAbreu/3099>. Acesso em: 14/06/2021.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; DO BOMFIM, Helder Freitas. COVID-19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/cfi/6/10!/4/4/2/2@0:0>. Acesso em: 07 abr. 2021

MAROTTI, Juliana; GALHARDO, Alessandra Pucci Mantelli; FURUYAMA, Ricardo Jun; PIGOZZO, Mônica Nogueira; CAMPOS, Tomie Nakakuki; LAGANÁ, Dalva Cruz. Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Marotti/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra/links/566aca4008aea0892c4b9e11/Amostragem-em-pesquisa-clinica-Tamanho-da-amostra.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

MATO GROSSO, Governo de. **SES confirma primeiro caso de coronavírus em MT.2020.** Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/13984939-ses-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-em-mt>. Acesso em 02 abr. 2021.

MATO GROSSO, Governo de. **Domingo (18): Mato Grosso registra 342.896 casos e 9.084 óbitos por Covid-19.2021.** Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/16882240-domingo-18-mato-grosso-registra-342.896-casos-e-9.084-obitos-por-covid-19>. Acesso em: 28 abr. 2021

MATO GROSSO, Governo de. **Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.** Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/fe2efac626af4aab04258553004b9810?OpenDocument>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MATO GROSSO, Governo. **Dezoito municípios estão com alto risco de contaminação pela Covid-19.2021.** Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/16599298-dezoito-municipios-estao-com-alto-risco-de-contaminacao-pela-covid-19>. Acesso em: 02 abr. 2021.

NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia:** algumas limitações práticas de auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9999>. Acesso em: 24 fev.2021.

NATIVIDADE, Marcio dos Santos; BERNARDES, Kiona; PEREIRA, Marcos; MIRANDA, Smilly Silva; BERTOLDO, Juracy; TEIXEIRA, Mária da Glória; LIVRAMENTO, Humberto Largo; ARAGÃO, Erika. Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3385-3392, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3385-3392/pt/>. Acesso em: 31 mar.2021.

NARDER, Danielle. **IBGE: 39,7% dos trabalhadores brasileiros são informais.** 2021. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/46630/ibge-39-7-dos-trabalhadores-brasileiros-sao-informais/>. Acesso em: 15 jun.2021.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de; DUARTE, Elisete; De FRANÇA, Giovanni Vinícius Araújo; GARCIA, Leila Posenato. **Como o Brasil pode deter a COVID-19.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, p. e2020044, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/ress/2020.v29n2/e2020044/pt>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ORTELAN, Naiá, FERREIRA, Andréa Jaqueline Fortes, LEITE, Luciana, SOUTO, Ana Cristina, BARRETO, Mauricio Lima, AQUINO, Estela. Máscaras de tecido em locais públicos: intervenção essencial na prevenção da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 669-692, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n2/669-692/>. Acesso em: 25. Mar. 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Perguntas e respostas sobre o novo coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 24 jun. de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA. **Economia.** 2021. Disponível em: <https://www.novaolimpia.mt.gov.br/Cidade/Economia/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PORTAL G1. **Números de famílias em situação de extrema pobreza em Cuiabá sobre cerca de 70% em 8 anos.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/19/numero-de-familias-em-situacao-de-extrema-pobreza-em-cuiaba-sobe-cerca-de-70percent-em-8-anos.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2021.

RISSATO, Denise; GUIMARÃES, Carla Regina Ferreira Freire. Análise dos determinantes para o recebimento do auxílio emergencial como medida de enfrentamento à pandemia: o caso do Brasil. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, n. 29, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/uploads/articulos/db265a0491b355830fef44ec69d89f27.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SANTOS, Laís Silveira. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 909-922, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/QDkMz3Q5s8bYWrvT8wM656k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul.2021.

SAÚDE, Ministério da. **Boletim epidemiológico especial doença pelo o coronavírus. Secretaria de vigilância e saúde.** Brasília, DF, 04 de março de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/ptbr/media/pdf/2021/marco/05/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf. Acesso em: 30 mar.2021.

SAÚDE, Ministério da. **Vacinação.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. A dificuldade de o auxílio emergencial chegar a quem precisa. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 74, n. 4, p. 6-9, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:hT17ZD722tIJ:scholar.google.com/&scioq=%22+Auxilio+emerg%C3%AAncial+%22&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 24 fev.2021.

SHIKIDA, Claudio D.; DE ARAÚJO MILTON, Rodrigo Silésio; ARAUJO JR, Ari Francisco. Existe trade-off entre bem-estar e desigualdade? Um estudo de caso com municípios mineiros. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio-Djissey-Shikida/publication/275381315_Existente_trade-off_entre_bem-estar_e_desigualdade_Um_estudo_de_caso_com_municipios_mineiros/links/567d2b6008ae1e63f1e5e50b/Existente-trade-off-entre-bem-estar-e-desigualdade-Um-estudo-de-caso-com-municipios-mineiros.pdf. Acesso em: 18 Jul. 2021.

SILVA, Pedro Henrique dos Santos; FAUSTINO, Luciana Rocha; SOBRINHO, Maurício Santana de Oliveira; SILVA, Franciele Basso Fernandez. Educação remota na continuidade da formação médica em tempos de pandemia: viabilidade e percepções. **Rev. bras. educ. med.**, v. 45 n. 01, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/pG6dfdC8cFW57YDKqTxNyJB/?lang=pt>. Acesso em: 14. jun. 2021.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. **A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341713346>. Acesso em: 23 fev.2021.

UNEMAT. **Equipes da Unemat oferecem assessoria para trabalhadores acessarem o auxílio emergencial.** 2020. Disponível em: <http://tangara.unemat.br/unemat-de-tangara-da-serra-ajuda-trabalhadores-no-preenchimento-do-cadastro-para-receber-auxilio-emergencial/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

VELOSO, Bárbara Ohanna. Aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados no contexto da Pandemia do COVID-19: Auxílio Emergencial–Estudo de caso. **Revista de Ciências Sociais Aplicada**, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <http://revista.faciplac.edu.br/index.php/RECISO/article/view/711>. Acesso em: 12 fev. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 04 abr. 2021

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública** 2020 Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 25 mar.2021.

ⁱ Graduado em Ciências Contábeis.

ⁱⁱ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis – UFPR. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

ⁱⁱⁱ Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional – UFMT.

^{iv} Mestranda do Programa de Pós-graduação de Economia – UFMT.

^v Doutora em Ciências Ambientais – UNEMAT. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.